

Aula 11 - Profs. Bruno Bezerra e Raphael Rabelo

*TJ-PR (Técnico Judiciário) Passo
Estratégico de Noções de Direito Civil +
Estatuto da Pessoa Idosa + Estatuto da
Pessoa com Deficiência - 2025*
Autor:
Thais de Cássia Rumstain,
(Pós-Edital)
**Raphael Rabelo Parreira, Bruno
Bezerra**

16 de Junho de 2025

SIMULADO DE QUESTÕES INÉDITAS

Sumário

<i>Introdução</i>	<i>2</i>
<i>Questões Inéditas</i>	<i>2</i>
<i>Gabarito</i>	<i>18</i>
<i>Questões Comentadas</i>	<i>19</i>



INTRODUÇÃO

Boas-vindas ao nosso simulado inédito!

Vamos ao primeiro simulado da matéria Estatuto da Pessoa Idosa + Estatuto da Pessoa com Deficiência. Este simulado contempla questões inéditas sobre os temas dos relatórios 07 a 10, descritos a seguir:

- a) *Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015)*
- b) *Estatuto da Pessoa Idosa (Lei nº 10.741/2003)*

Bom simulado!

QUESTÕES INÉDITAS

1. (Inédita) Considerando os fundamentos do Estatuto da Pessoa com Deficiência, é correto afirmar que a concepção de deficiência adotada pela norma:

- A) se baseia unicamente nos impedimentos físicos ou mentais do indivíduo, tratando a deficiência como uma condição clínica.
- B) utiliza o modelo médico da deficiência, valorizando principalmente o diagnóstico profissional.
- C) reconhece a deficiência como resultado exclusivo de fatores genéticos ou hereditários, devendo ser tratada com políticas de saúde específicas.
- D) segue o modelo social e biopsicossocial da deficiência, considerando a interação entre impedimentos e barreiras do meio.
- E) tem como critério único a avaliação técnica realizada por médicos peritos designados pelo Poder Judiciário.

Comentários:

A **alternativa D está correta**, pois o Estatuto adota uma concepção biopsicossocial da deficiência, conforme expressamente previsto em seu art. 2º e reforçado pela Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, com status de emenda constitucional (Decreto nº 6.949/2009). Senão, vejamos:

Art. 2º Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras,



pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.

§ 1º A avaliação da deficiência, quando necessária, será biopsicossocial, realizada por equipe multiprofissional e interdisciplinar e considerará: (Vigência) (Vide Decreto nº 11.063, de 2022)

I - os impedimentos nas funções e nas estruturas do corpo;

II - os fatores socioambientais, psicológicos e pessoais;

III - a limitação no desempenho de atividades; e

IV - a restrição de participação.

§ 2º O Poder Executivo criará instrumentos para avaliação da deficiência. (Vide Lei nº 13.846, de 2019) (Vide Lei nº 14.126, de 2021) (Vide Lei nº 14.768, de 2023)

§ 3º O exame médico-pericial componente da avaliação biopsicossocial da deficiência de que trata o § 1º deste artigo poderá ser realizado com o uso de tecnologia de telemedicina ou por análise documental conforme situações e requisitos definidos em regulamento. (Incluído pela Lei nº 14.724, de 2023)

A alternativa A está incorreta porque ignora o papel das barreiras sociais.

A alternativa B erra ao reduzir a análise ao modelo médico, que é superado pelo Estatuto.

A alternativa C confunde origem com conceito jurídico, e ignora a interação com o meio.

A alternativa E está incorreta porque a avaliação da deficiência, segundo o Estatuto, deve ser biopsicossocial, realizada por equipe multiprofissional e interdisciplinar, considerando fatores médicos, psicológicos e sociais, não apenas por médicos peritos do Poder Judiciário (Art. 2º, § 1º da Lei nº 13.146/2015).

Gabarito: D

2. (Inédita) Em relação ao conceito de acessibilidade previsto no Estatuto da Pessoa com Deficiência, é correto afirmar:

A) A acessibilidade refere-se exclusivamente à locomoção física em espaços urbanos, não abrangendo meios digitais.

B) O conceito de acessibilidade não abrange ambientes privados, apenas os públicos.

C) A acessibilidade inclui o direito de utilização segura e autônoma de espaços, transportes, serviços e sistemas.



- D) Apenas pessoas com deficiência física podem invocar o direito à acessibilidade no Estatuto.
- E) A acessibilidade exige, obrigatoriamente, que todos os serviços estejam adaptados com desenho universal.

Comentários:

A alternativa C está correta, pois reflete o art. 3º, inciso I, da Lei nº 13.146/2015, que define acessibilidade como a condição para utilização com segurança e autonomia por todas as pessoas, incluindo espaços, transportes, serviços e meios digitais.

Art. 3º Para fins de aplicação desta Lei, consideram-se:

I - acessibilidade: possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privados de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida;

A alternativa A é incorreta por restringir indevidamente a abrangência da acessibilidade.

A alternativa B exclui os ambientes privados, o que é contrário à norma.

A alternativa D limita indevidamente o direito à acessibilidade.

A alternativa E está errada ao exigir universalidade absoluta, quando o Estatuto admite soluções intermediárias como adaptações razoáveis.

Gabarito: C

3. (Inédita) Sobre a atuação do atendente pessoal, conforme o Estatuto da Pessoa com Deficiência, é correto afirmar:

- A) O atendente pessoal deve obrigatoriamente ser profissional de saúde com formação técnica.
- B) A atuação do atendente pessoal deve ser sempre remunerada, vedado o voluntariado.
- C) A função de atendente pessoal pode ser exercida por familiar da pessoa com deficiência.
- D) O atendente pessoal não pode ter vínculo familiar com a pessoa assistida.
- E) O acompanhante da pessoa com deficiência desempenha sempre as mesmas funções que o atendente pessoal, em sua ausência.

Comentários:



A **alternativa C está correta**, pois o Estatuto admite expressamente que o atendente pessoal seja ou não membro da família e atue com ou sem remuneração (Lei nº 13.146/2015, art. 3º, inciso XII):

Art. 3º, XII - atendente pessoal: pessoa, membro ou não da família, que, com ou sem remuneração, assiste ou presta cuidados básicos e essenciais à pessoa com deficiência no exercício de suas atividades diárias, excluídas as técnicas ou os procedimentos identificados com profissões legalmente estabelecidas;

A **alternativa A** confunde a função de atendente com profissão regulamentada.

A **alternativa B** incorre ao proibir o voluntariado, o que é permitido.

A **alternativa D** contradiz o texto legal, que admite vínculo familiar.

Não há essa previsão legal. O acompanhante *acompanha a pessoa com deficiência, podendo ou não desempenhar as funções de atendente pessoal*.

Veja o inciso XIV do mesmo artigo:

Art. 3º, XIV - acompanhante: aquele que acompanha a pessoa com deficiência, podendo ou não desempenhar as funções de atendente pessoal.

Gabarito: C

4. (Inédita) Segundo o Estatuto da Pessoa com Deficiência, é incorreto afirmar que:

A) Pessoas com deficiência têm garantido o direito ao exercício da capacidade legal em igualdade de condições com as demais.

B) A curatela é medida protetiva extraordinária e deve afetar apenas atos patrimoniais e negociais.

C) A deficiência por si só não afeta a capacidade civil plena da pessoa.

D) Pessoas com deficiência são consideradas absolutamente incapazes para todos os atos da vida civil.

E) O Estatuto reforça a possibilidade de a pessoa com deficiência exercer direitos sexuais, reprodutivos, familiares e sucessórios.

Comentários:

A alternativa D está incorreta, pois a Lei nº 13.146/2015 revogou a presunção de incapacidade da pessoa com deficiência, que deixou de ser considerada absolutamente incapaz. A nova redação do art. 3º do Código Civil restringe a absoluta incapacidade apenas aos menores de 16 anos.



As demais alternativas estão corretas e refletem os arts. 6º, 84 e 85 da Lei nº 13.146/2015 e alterações no Código Civil promovidas pela mesma lei.

Gabarito: D

5. (Inédita) Segundo o Estatuto da Pessoa com Deficiência, é incorreto afirmar que:

- A) Pessoas com deficiência têm garantido o direito ao exercício da capacidade legal em igualdade de condições com as demais.
- B) A curatela é medida protetiva extraordinária e deve afetar apenas atos patrimoniais e negociais.
- C) A deficiência por si só não afeta a capacidade civil plena da pessoa.
- D) Pessoas com deficiência são consideradas absolutamente incapazes para todos os atos da vida civil.
- E) O Estatuto reforça a possibilidade de a pessoa com deficiência exercer direitos sexuais, reprodutivos, familiares e sucessórios.

Comentários:

A alternativa A está correta. O art. 6º e o art. 84 do Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015) garantem que a pessoa com deficiência tem assegurado o exercício da capacidade legal em igualdade de condições com as demais pessoas.

A alternativa B está correta. A curatela é medida excepcional, proporcional e temporária, e limita-se aos atos relacionados aos direitos de natureza patrimonial e negocial. Não interfere, portanto, em outros aspectos da vida civil da pessoa com deficiência.

Art. 84. §3º - A definição de curatela de pessoa com deficiência constitui medida protetiva extraordinária, proporcional às necessidades e às circunstâncias de cada caso, e durará o menor tempo possível.

(...)

Art. 85. A curatela afetará tão somente os atos relacionados aos direitos de natureza patrimonial e negocial.

A alternativa C está correta. A redação do art. 6º do Estatuto é clara ao estabelecer que a deficiência não afeta a plena capacidade civil da pessoa.

A alternativa D está incorreta. Essa afirmativa vai de encontro ao Estatuto, que justamente elimina o rótulo de absoluta incapacidade para pessoas com deficiência. Com a entrada em vigor da Lei nº 13.146/2015, o art. 3º do Código Civil passou a considerar absolutamente incapazes apenas os menores de 16 anos, excluindo as pessoas com deficiência.



A alternativa E está correta. O art. 6º do Estatuto reforça expressamente a possibilidade de exercício de direitos sexuais, reprodutivos, familiares e sucessórios por pessoas com deficiência, assegurando sua autonomia e igualdade de condições com as demais pessoas.

5. (Inédita) A Lei nº 13.146/2015 considera como pessoa com mobilidade reduzida aquela que:

- A) tem impedimentos exclusivamente físicos permanentes.
- B) possui deficiência visual ou auditiva comprovada por laudo médico.
- C) tenha dificuldade de locomoção, permanente ou temporária, por qualquer motivo.
- D) esteja legalmente reconhecida como deficiente por órgão previdenciário.
- E) não tenha meios próprios de se locomover e dependa de cadeira de rodas.

Comentários:

A alternativa C está correta, conforme definição literal do art. 3º, inciso IX, da Lei nº 13.146/2015: pessoa com mobilidade reduzida é aquela que tenha, por qualquer motivo, dificuldade de movimentar-se, permanente ou temporariamente, inclusive idosos, gestantes, lactantes, pessoas com criança de colo e obesos.

IX - pessoa com mobilidade reduzida: aquela que tenha, por qualquer motivo, dificuldade de movimentação, permanente ou temporária, gerando redução efetiva da mobilidade, da flexibilidade, da coordenação motora ou da percepção, incluindo idoso, gestante, lactante, pessoa com criança de colo e obeso;

As demais alternativas reduzem o conceito legal ou o confundem com o de deficiência (art. 2º).

Gabarito: C

6. (Inédita) De acordo com a Lei nº 13.146/2015, é correto afirmar que:

- A) Somente as pessoas jurídicas de direito público devem garantir ambientes de trabalho acessíveis e inclusivos.
- B) É permitida a exigência de aptidão plena no exame admissional da pessoa com deficiência.
- C) O direito ao trabalho da pessoa com deficiência deve ser exercido com liberdade de escolha, em ambiente acessível e inclusivo. Essa obrigação se estende às pessoas jurídicas de qualquer natureza.
- D) A pessoa com deficiência deve ser capacitada exclusivamente por entidades públicas.
- E) A lei exige que a pessoa com deficiência se submeta a processo de reabilitação como condição para contratação.



Comentários:

A **alternativa C está correta**. Segundo o art. 34, caput, a pessoa com deficiência tem direito ao trabalho de sua livre escolha e aceitação, em ambiente acessível e inclusivo, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas.

Art. 34. A pessoa com deficiência tem direito ao trabalho de sua livre escolha e aceitação, em ambiente acessível e inclusivo, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas.

A alternativa A está incorreta porque o §1º do mesmo artigo estende a obrigação a todas as pessoas jurídicas, públicas ou privadas.

Art. 34, § 1º As pessoas jurídicas de direito público, privado ou de qualquer natureza são obrigadas a garantir ambientes de trabalho acessíveis e inclusivos.

A alternativa B contraria o §3º, que veda expressamente a exigência de aptidão plena.

A alternativa D é errada porque o §5º do art. 36 prevê a atuação de entidades públicas e privadas na capacitação.

Art. 36, § 5º A habilitação profissional e a reabilitação profissional devem ocorrer articuladas com as redes públicas e privadas, especialmente de saúde, de ensino e de assistência social, em todos os níveis e modalidades, em entidades de formação profissional ou diretamente com o empregador.

A alternativa E é incorreta porque não há exigência legal de reabilitação como condição prévia para o ingresso no trabalho.

Gabarito: C

7. (Inédita) Nos termos da Lei nº 13.146/2015, a entidade responsável por realizar processo seletivo público ou privado deve:

A) Aplicar provas adaptadas apenas quando solicitadas por laudo médico.

B) Assegurar o cumprimento das normas de acessibilidade vigentes, ainda que previstas em legislações distintas do Estatuto da Pessoa com Deficiência.

C) Priorizar candidatos com deficiência leve em relação aos demais.

D) Exigir laudo com CID atualizado como condição para adaptação da prova.

E) Conceder bônus na nota da pessoa com deficiência como medida de inclusão.

Comentários:



A **alternativa B está correta**. O art. 38 estabelece que a entidade contratada para processo seletivo deve observar o Estatuto da Pessoa com Deficiência e demais normas de acessibilidade vigentes.

Art. 38. A entidade contratada para a realização de processo seletivo público ou privado para cargo, função ou emprego está obrigada à observância do disposto nesta Lei e em outras normas de acessibilidade vigentes.

As demais alternativas não possuem respaldo legal, por isso estão incorretas.

Gabarito: B

8. (Inédita) Segundo a Lei nº 13.146/2015, a assistência social à pessoa com deficiência:

- A) É de responsabilidade exclusiva das entidades filantrópicas.
- B) Deve ser prestada exclusivamente por meio da proteção social básica, não alcançando a proteção especial.
- C) Integra a proteção social básica e a proteção social especial ofertadas pelo SUAS.
- D) Não se aplica a pessoas com deficiência com mais de 60 anos.
- E) Só é prestada se houver inscrição no Cadastro Único.

Comentários:

Alternativa A – Incorreta: A assistência social não é de responsabilidade exclusiva das entidades filantrópicas.

De acordo com o art. 39 da Lei nº 13.146/2015, a assistência social à pessoa com deficiência será prestada com base nas diretrizes da Lei nº 8.742/1993 (LOAS), que institui o Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

A própria LOAS, em seu art. 6º-C, estabelece que o SUAS é composto por entes públicos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, além das entidades e organizações de assistência social da sociedade civil.

Portanto, a responsabilidade é compartilhada entre o poder público e as organizações da sociedade civil, não sendo de forma alguma exclusiva das entidades filantrópicas.

Alternativa B – Incorreta: de acordo com o art. 39, §1º, a política de assistência social envolve tanto a proteção social básica quanto a especial, o que torna errado afirmar que está restrita apenas à básica:

A assistência social à pessoa com deficiência, nos termos do caput deste artigo, deve envolver conjunto articulado de serviços do âmbito da Proteção Social Básica e da Proteção



Social Especial, ofertados pelo Suas, para a garantia de seguranças fundamentais no enfrentamento de situações de vulnerabilidade e de risco, por fragilização de vínculos e ameaça ou violação de direitos.

Alternativa C – Correta: está exatamente de acordo com o §1º do art. 39, que prevê que a assistência social à pessoa com deficiência será ofertada por meio da proteção social básica e da proteção social especial, dentro do SUAS.

Alternativa D – Incorreta: a assistência não possui limitação etária, e pode ser concedida a pessoas com deficiência com mais de 60 anos. Não há essa restrição.

Alternativa E – Incorreta: o Cadastro Único pode ser utilizado como instrumento administrativo, mas não é um requisito legal essencial previsto.

Gabarito: C

9. (Inédita) Conforme o art. 51 da Lei nº 13.146/2015, em relação aos táxis acessíveis, é correto afirmar que:

- A) É permitida a cobrança de tarifa adicional quando o passageiro for cadeirante.
- B) Deve haver ao menos um táxi acessível por município para cada 50 mil habitantes.
- C) As empresas devem reservar 10% de sua frota de táxis com acessibilidade.
- D) O poder público não pode instituir incentivos fiscais com vistas a possibilitar a acessibilidade dos táxis.
- E) A regra só se aplica aos táxis vinculados a cooperativas públicas.

Comentários:

A **alternativa C está correta**. O art. 51, caput, determina que 10% da frota de táxis deve ser acessível à pessoa com deficiência.

Art. 51. As frotas de empresas de táxi devem reservar 10% (dez por cento) de seus veículos acessíveis à pessoa com deficiência.

A **alternativa A** está errada, pois o §1º do art. 51 proíbe a cobrança diferenciada de tarifas.

Art. 51, § 1º É proibida a cobrança diferenciada de tarifas ou de valores adicionais pelo serviço de táxi prestado à pessoa com deficiência.

A **alternativa B** é incorreta, pois a exigência é proporcional à frota, não à população:



Art. 52. As locadoras de veículos são obrigadas a oferecer 1 (um) veículo adaptado para uso de pessoa com deficiência, a cada conjunto de 20 (vinte) veículos de sua frota.

A **alternativa D** contraria o § 2º do art. 51:

Art. 51. As frotas de empresas de táxi devem reservar 10% (dez por cento) de seus veículos acessíveis à pessoa com deficiência.

(...)

§ 2º O poder público é autorizado a instituir incentivos fiscais com vistas a possibilitar a acessibilidade dos veículos a que se refere o caput deste artigo.

A **alternativa E** não tem base legal — aplica-se a todas as empresas de táxi, não apenas cooperativas públicas.

Gabarito: C

10. (Inédita) Sobre o auxílio-inclusão previsto na Lei nº 13.146/2015, assinale a alternativa correta:

- A) Aplica-se a pessoas com deficiência que tenham recebido o BPC nos últimos cinco anos e exercçam atividade remunerada que a enquadre como segurado obrigatório do RGPS.
- B) Só pode ser concedido a quem estiver recebendo o BPC no momento da solicitação.
- C) É concedido a qualquer pessoa com deficiência que se declare em busca de trabalho formal.
- D) É destinado, também, à pessoa com deficiência leve.
- E) É voltado apenas a crianças e adolescentes com deficiência em idade escolar.

Comentários:

A **alternativa A está correta**. O art. 94, inciso II do Estatuto prevê que o auxílio-inclusão será concedido à pessoa com deficiência moderada ou grave que receba o BPC ou que tenha recebido nos últimos cinco anos e exerça atividade remunerada que a enquadre como segurada do RGPS.

Art. 94. Terá direito a auxílio-inclusão, nos termos da lei, a pessoa com deficiência moderada ou grave que:

I - receba o benefício de prestação continuada previsto no art. 20 da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, e que passe a exercer atividade remunerada que a enquadre como segurado obrigatório do RGPS;



II - tenha recebido, nos últimos 5 (cinco) anos, o benefício de prestação continuada previsto no art. 20 da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, e que exerça atividade remunerada que a enquadre como segurado obrigatório do RGPS.

A **alternativa B** está errada. A exigência de estar recebendo o BPC no momento da solicitação é falsa. A lei contempla também quem tenha recebido o BPC nos últimos cinco anos (art. 94, II).

A **alternativa C** erra ao afirmar que basta declarar interesse — é preciso cumprir com os requisitos do art. 94.

A **alternativa D** está incorreta porque, nos termos dos art. 94, caput, *terá direito a auxílio-inclusão a pessoa com deficiência moderada ou grave*.

A **alternativa E** restringe indevidamente o alcance do benefício — não há limitação etária para o auxílio-inclusão.

Gabarito: A

11. (Inédita) De acordo com o Estatuto da Pessoa Idosa (Lei nº 10.741/2003), sobre o conceito de pessoa idosa e a garantia de prioridade, é correto afirmar que:

A) É considerada pessoa idosa aquela que tiver idade igual ou superior a 65 anos, seguindo o mesmo critério estabelecido para o benefício de prestação continuada.

B) O atendimento das pessoas idosas deve ocorrer prioritariamente no seio de sua própria família, em detrimento do atendimento asilar, exceto dos que não a possuam ou careçam de condições de manutenção da própria sobrevivência.

C) A garantia de prioridade às pessoas idosas aplica-se apenas aos órgãos públicos, não se estendendo aos prestadores privados de serviços à população.

D) As pessoas idosas maiores de 80 anos não possuem prioridade especial além daquela já conferida a todas as pessoas com 60 anos ou mais.

E) O atendimento preferencial às pessoas idosas é facultativo para as empresas privadas, dependendo de sua política interna de atendimento.

Comentários:

A alternativa correta é a **letra B**, que reproduz fielmente o disposto no art. 3º, §1º, V, do Estatuto da Pessoa Idosa: "priorização do atendimento da pessoa idosa por sua própria família, em detrimento do atendimento asilar, exceto dos que não a possuam ou careçam de condições de manutenção da própria sobrevivência".

A **alternativa A** está incorreta porque, conforme o art. 1º do Estatuto da Pessoa Idosa, é considerada pessoa idosa aquela que tiver idade igual ou superior a 60 anos, e não 65 anos. O



critério de 65 anos aplica-se ao benefício de prestação continuada (BPC-LOAS), mas não ao conceito de pessoa idosa no Estatuto.

A **alternativa C** está incorreta porque, de acordo com o art. 3º, §1º, I, do Estatuto, a garantia de prioridade compreende "atendimento preferencial imediato e individualizado junto aos órgãos públicos e privados prestadores de serviços à população", incluindo expressamente os prestadores privados.

A **alternativa D** está incorreta porque o art. 3º, §2º, do Estatuto estabelece que *"Entre as pessoas idosas, é assegurada prioridade especial aos maiores de 80 (oitenta) anos, atendendo-se suas necessidades sempre preferencialmente em relação às demais pessoas idosas."*

A **alternativa E** está incorreta porque o atendimento preferencial às pessoas idosas é obrigatório tanto para órgãos públicos quanto para prestadores privados de serviços, conforme disposto no art. 3º, §1º, I, do Estatuto.

Gabarito: B

12. (Inédita) Sobre o direito à saúde das pessoas idosas, de acordo com o Estatuto da Pessoa Idosa, é correto afirmar que:

A) É vedada a discriminação da pessoa idosa nos planos de saúde pela cobrança de valores diferenciados em razão da idade, sendo absolutamente proibido qualquer aumento de mensalidade baseado na faixa etária.

B) A pessoa idosa enferma pode ser obrigada a comparecer perante órgãos públicos para postular serviços públicos que lhe são assegurados, desde que acompanhada por familiar ou responsável.

C) Em caso de internação, quando a pessoa idosa não estiver em condições de optar pelo tratamento mais favorável e não houver curador ou familiar conhecido, o médico deverá comunicar o fato ao Ministério Público.

D) As instituições de saúde devem comunicar suspeitas de violência contra a pessoa idosa apenas à autoridade policial, não sendo necessária comunicação a outros órgãos.

E) O direito ao acompanhante durante a internação é absoluto, não podendo ser negado em nenhuma circunstância pelo profissional de saúde responsável.

Comentários:

A alternativa correta é a **letra C**, que está de acordo com o art. 17, parágrafo único, do Estatuto da Pessoa Idosa, que estabelece a ordem de responsabilidade pela escolha do tratamento quando a pessoa idosa não estiver em condições de optar, incluindo a obrigação de comunicar ao Ministério Público quando não houver curador ou familiar conhecido.



A **alternativa A** está incorreta porque, embora o art. 15, §3º, do Estatuto vede a discriminação nos planos de saúde, o STJ entendeu que é possível a cobrança de valores maiores das pessoas idosas, desde que observados parâmetros como previsão contratual, índices tecnicamente justificados e respeito à regulamentação governamental.

A **alternativa B** está incorreta porque o art. 15, §5º, do Estatuto expressamente veda a exigência de comparecimento da pessoa idosa enferma perante órgãos públicos para postular serviços públicos que lhe são assegurados.

A **alternativa D** está incorreta porque, conforme o art. 19 do Estatuto, as instituições de saúde devem comunicar suspeitas de violência contra a pessoa idosa à autoridade policial, ao Ministério Público, ao Conselho Municipal, Estadual e Nacional da Pessoa Idosa.

A **alternativa E** está incorreta porque, segundo o art. 16 do Estatuto, a presença do acompanhante deve ser autorizada pelo profissional de saúde responsável pelo tratamento, e a negativa deve ser justificada por escrito.

Gabarito: C

13. (Inédita) Em relação aos direitos de educação, cultura e transporte das pessoas idosas, o Estatuto da Pessoa Idosa estabelece que:

A) As pessoas idosas têm direito a descontos de pelo menos 30% nos ingressos para eventos artísticos, culturais, esportivos e de lazer.

B) A gratuidade nos transportes coletivos urbanos públicos é assegurada a todas as pessoas idosas a partir dos 60 anos de idade.

C) As instituições de educação superior são obrigadas a oferecer às pessoas idosas cursos e programas específicos voltados à educação de idosos ao longo da vida.

D) Os municípios não podem estabelecer condições para a obtenção de gratuidade no transporte público por parte de idosos entre 60 e 65 anos de idade.

E) Deve ser assegurada às pessoas idosas 10% das vagas em estacionamentos privados, em locais que facilitem a manobra do veículo.

Comentários:

A alternativa correta é a **letra C**, que reproduz o disposto no art. 25 do Estatuto da Pessoa Idosa, alterado pela Lei nº 13.535/2017, que estabelece a obrigação das instituições de educação superior oferecerem às pessoas idosas cursos e programas específicos voltados à educação de idosos ao longo da vida.

A **alternativa A** está incorreta porque, conforme o art. 23, §1º, do Estatuto, as pessoas idosas têm direito a descontos de pelo menos 50% nos ingressos para eventos artísticos, culturais, esportivos e de lazer, e não 30%.



A **alternativa B** está incorreta porque, de acordo com o art. 39 do Estatuto e o art. 230, §2º, da Constituição Federal, a gratuidade nos transportes coletivos urbanos públicos é assegurada aos maiores de 65 anos, e não a partir dos 60 anos.

A **alternativa D** está incorreta porque o art. 39, §1º, do Estatuto expressamente autoriza que os municípios estabeleçam condições para a obtenção de gratuidade por parte de idosos entre 60 e 65 anos de idade.

A **alternativa E** está incorreta porque, conforme o art. 41 do Estatuto, devem ser asseguradas às pessoas idosas 5% das vagas em estacionamentos privados, e não 10%.

Gabarito: C

14. (Inédita) Sobre as medidas de proteção e o direito a alimentos das pessoas idosas, de acordo com o Estatuto da Pessoa Idosa, é correto afirmar que:

A) As medidas de proteção serão aplicadas apenas em casos de violação aos direitos das pessoas idosas por ação ou omissão da família, não se aplicando quando a violação decorrer de ação ou omissão da sociedade ou do Estado.

B) A obrigação alimentar é solidária, podendo a pessoa idosa optar entre os prestadores, e é possível a transação sobre o direito a alimentos perante Promotor de Justiça ou Defensor Público.

C) O direito a alimentos das pessoas idosas é idêntico às prestações assistenciais do Poder Público, sendo devidas independentemente da condição financeira da pessoa idosa ou de sua família.

D) As medidas de proteção incluem exclusivamente o encaminhamento à família ou curador e a orientação temporária, não sendo possível o abrigo em entidade.

E) A transação sobre alimentos pode abranger tanto a forma de cumprimento quanto a renúncia ao próprio direito alimentar, sendo este último aspecto plenamente disponível.

Comentários:

A alternativa correta é a **letra B**, que está de acordo com os arts. 12 e 13 do Estatuto da Pessoa Idosa. O art. 12 estabelece que "a obrigação alimentar é solidária, podendo o idoso optar entre os prestadores", e o art. 13 autoriza a transação sobre alimentos perante Promotor de Justiça ou Defensor Público.

A **alternativa A** está incorreta porque, conforme o art. 43 do Estatuto, as medidas de proteção serão aplicadas sempre que os direitos reconhecidos no Estatuto forem ameaçados ou violados por ação ou omissão da sociedade ou do Estado, por falta, omissão ou abuso da família, curador ou entidade de atendimento, ou em razão da condição pessoal da pessoa idosa.



A **alternativa C** está incorreta porque, de acordo com o art. 14 do Estatuto, há distinção entre o direito a alimentos e as prestações assistenciais do Poder Público, sendo esta última devida apenas aos que efetivamente necessitem.

A **alternativa D** está incorreta porque, conforme o art. 45 do Estatuto, as medidas de proteção incluem diversas modalidades, entre elas o abrigo em entidade e o abrigo temporário.

A **alternativa E** está incorreta porque, embora seja possível a transação sobre a forma de cumprimento dos alimentos, o direito aos alimentos em si é indisponível, não sendo possível a renúncia ao próprio direito alimentar.

Gabarito: B

15. (Inédita) Em relação à habitação e aos programas habitacionais para pessoas idosas, o Estatuto da Pessoa Idosa determina que:

A) Deve ser assegurada à pessoa idosa prioridade na aquisição de imóvel para moradia própria, com reserva de pelo menos 5% das unidades habitacionais residenciais para atendimento às pessoas idosas.

B) As entidades que recebam idosos para residência de longo prazo podem cobrar até 100% de eventual benefício previdenciário ou de assistência recebido pela pessoa idosa.

C) A cobrança de custeio por parte da pessoa idosa em entidades de longa permanência é vedada em qualquer circunstância, devendo o atendimento ser integralmente gratuito.

D) Nos programas habitacionais deve ser reservado pelo menos 3% das unidades habitacionais residenciais para atendimento às pessoas idosas, com implantação de equipamentos urbanos comunitários voltados à pessoa idosa.

E) O direito à moradia digna das pessoas idosas restringe-se ao seio da família natural, não sendo reconhecida a possibilidade de família substituta.

Comentários:

A alternativa correta é a **letra D**, que reproduz o disposto no art. 38 do Estatuto da Pessoa Idosa, que assegura prioridade na aquisição de imóvel para moradia própria nos programas habitacionais, com "reserva de pelo menos 3% (três por cento) das unidades habitacionais residenciais para atendimento às pessoas idosas" e "implantação de equipamentos urbanos comunitários voltados à pessoa idosa".

A **alternativa A** está incorreta porque, conforme o art. 38 do Estatuto, deve ser reservado pelo menos 3% das unidades habitacionais, e não 5%.

A **alternativa B** está incorreta porque, de acordo com o art. 35, §2º, do Estatuto, a cobrança de custeio é limitada a 70% de eventual benefício previdenciário ou de assistência recebido pela pessoa idosa, e não 100%.



A alternativa C está incorreta porque o art. 35, §2º, do Estatuto expressamente autoriza a cobrança de custeio por parte da pessoa idosa, desde que se trate de entidade filantrópica ou casa-lar, limitada a 70% do benefício.

A alternativa E está incorreta porque, conforme o art. 37 do Estatuto, o direito à moradia digna pode ser no seio da família natural ou substituta, reconhecendo expressamente ambas as modalidades.

Gabarito: D



GABARITO

1- D	2- C	3- C	4- D	5- C
6- C	7- B	8- C	9- C	10- A
11- B	12- C	13- C	14- B	15- D



QUESTÕES COMENTADAS

1. (Inédita) Considerando os fundamentos do Estatuto da Pessoa com Deficiência, é correto afirmar que a concepção de deficiência adotada pela norma:

- A) se baseia unicamente nos impedimentos físicos ou mentais do indivíduo, tratando a deficiência como uma condição clínica.
- B) utiliza o modelo médico da deficiência, valorizando principalmente o diagnóstico profissional.
- C) reconhece a deficiência como resultado exclusivo de fatores genéticos ou hereditários, devendo ser tratada com políticas de saúde específicas.
- D) segue o modelo social e biopsicossocial da deficiência, considerando a interação entre impedimentos e barreiras do meio.
- E) tem como critério único a avaliação técnica realizada por médicos peritos designados pelo Poder Judiciário.

2. (Inédita) Em relação ao conceito de acessibilidade previsto no Estatuto da Pessoa com Deficiência, é correto afirmar:

- A) A acessibilidade refere-se exclusivamente à locomoção física em espaços urbanos, não abrangendo meios digitais.
- B) O conceito de acessibilidade não abrange ambientes privados, apenas os públicos.
- C) A acessibilidade inclui o direito de utilização segura e autônoma de espaços, transportes, serviços e sistemas.
- D) Apenas pessoas com deficiência física podem invocar o direito à acessibilidade no Estatuto.
- E) A acessibilidade exige, obrigatoriamente, que todos os serviços estejam adaptados com desenho universal.

3. (Inédita) Sobre a atuação do atendente pessoal, conforme o Estatuto da Pessoa com Deficiência, é correto afirmar:

- A) O atendente pessoal deve obrigatoriamente ser profissional de saúde com formação técnica.
- B) A atuação do atendente pessoal deve ser sempre remunerada, vedado o voluntariado.
- C) A função de atendente pessoal pode ser exercida por familiar da pessoa com deficiência.
- D) O atendente pessoal não pode ter vínculo familiar com a pessoa assistida.



E) O acompanhante da pessoa com deficiência desempenha sempre as mesmas funções que o atendente pessoal, em sua ausência.

4. (Inédita) Segundo o Estatuto da Pessoa com Deficiência, é incorreto afirmar que:

A) Pessoas com deficiência têm garantido o direito ao exercício da capacidade legal em igualdade de condições com as demais.

B) A curatela é medida protetiva extraordinária e deve afetar apenas atos patrimoniais e negociais.

C) A deficiência por si só não afeta a capacidade civil plena da pessoa.

D) Pessoas com deficiência são consideradas absolutamente incapazes para todos os atos da vida civil.

E) O Estatuto reforça a possibilidade de a pessoa com deficiência exercer direitos sexuais, reprodutivos, familiares e sucessórios.

5. (Inédita) A Lei nº 13.146/2015 considera como pessoa com mobilidade reduzida aquela que:

A) tem impedimentos exclusivamente físicos permanentes.

B) possui deficiência visual ou auditiva comprovada por laudo médico.

C) tenha dificuldade de locomoção, permanente ou temporária, por qualquer motivo.

D) esteja legalmente reconhecida como deficiente por órgão previdenciário.

E) não tenha meios próprios de se locomover e dependa de cadeira de rodas.

6. (Inédita) De acordo com a Lei nº 13.146/2015, é correto afirmar que:

A) Somente as pessoas jurídicas de direito público devem garantir ambientes de trabalho acessíveis e inclusivos.

B) É permitida a exigência de aptidão plena no exame admissional da pessoa com deficiência.

C) O direito ao trabalho da pessoa com deficiência deve ser exercido com liberdade de escolha, em ambiente acessível e inclusivo. Essa obrigação se estende às pessoas jurídicas de qualquer natureza.

D) A pessoa com deficiência deve ser capacitada exclusivamente por entidades públicas.

E) A lei exige que a pessoa com deficiência se submeta a processo de reabilitação como condição para contratação.



7. (Inédita) Nos termos da Lei nº 13.146/2015, a entidade responsável por realizar processo seletivo público ou privado deve:

- A) Aplicar provas adaptadas apenas quando solicitadas por laudo médico.
- B) Assegurar o cumprimento das normas de acessibilidade vigentes, ainda que previstas em legislações distintas do Estatuto da Pessoa com Deficiência.
- C) Priorizar candidatos com deficiência leve em relação aos demais.
- D) Exigir laudo com CID atualizado como condição para adaptação da prova.
- E) Conceder bônus na nota da pessoa com deficiência como medida de inclusão.

8. (Inédita) Segundo a Lei nº 13.146/2015, a assistência social à pessoa com deficiência:

- A) É de responsabilidade exclusiva das entidades filantrópicas.
- B) Deve ser prestada exclusivamente por meio da proteção social básica, não alcançando a proteção especial.
- C) Integra a proteção social básica e a proteção social especial ofertadas pelo SUAS.
- D) Não se aplica a pessoas com deficiência com mais de 60 anos.
- E) Só é prestada se houver inscrição no Cadastro Único.

9. (Inédita) Conforme o art. 51 da Lei nº 13.146/2015, em relação aos táxis acessíveis, é correto afirmar que:

- A) É permitida a cobrança de tarifa adicional quando o passageiro for cadeirante.
- B) Deve haver ao menos um táxi acessível por município para cada 50 mil habitantes.
- C) As empresas devem reservar 10% de sua frota de táxis com acessibilidade.
- D) O poder público não pode instituir incentivos fiscais com vistas a possibilitar a acessibilidade dos táxis.
- E) A regra só se aplica aos táxis vinculados a cooperativas públicas.

10. (Inédita) Sobre o auxílio-inclusão previsto na Lei nº 13.146/2015, assinale a alternativa correta:

- A) Aplica-se a pessoas com deficiência que tenham recebido o BPC nos últimos cinco anos e exerçam atividade remunerada que a enquadre como segurado obrigatório do RGPS.
- B) Só pode ser concedido a quem estiver recebendo o BPC no momento da solicitação.



- C) É concedido a qualquer pessoa com deficiência que se declare em busca de trabalho formal.
- D) É destinado, também, à pessoa com deficiência leve.
- E) É voltado apenas a crianças e adolescentes com deficiência em idade escolar.

11. (Inédita) De acordo com o Estatuto da Pessoa Idosa (Lei nº 10.741/2003), sobre o conceito de pessoa idosa e a garantia de prioridade, é correto afirmar que:

- A) É considerada pessoa idosa aquela que tiver idade igual ou superior a 65 anos, seguindo o mesmo critério estabelecido para o benefício de prestação continuada.
- B) O atendimento das pessoas idosas deve ocorrer prioritariamente no seio de sua própria família, em detrimento do atendimento asilar, exceto dos que não a possuam ou careçam de condições de manutenção da própria sobrevivência.
- C) A garantia de prioridade às pessoas idosas aplica-se apenas aos órgãos públicos, não se estendendo aos prestadores privados de serviços à população.
- D) As pessoas idosas maiores de 80 anos não possuem prioridade especial além daquela já conferida a todas as pessoas com 60 anos ou mais.
- E) O atendimento preferencial às pessoas idosas é facultativo para as empresas privadas, dependendo de sua política interna de atendimento.

12. (Inédita) Sobre o direito à saúde das pessoas idosas, de acordo com o Estatuto da Pessoa Idosa, é correto afirmar que:

- A) É vedada a discriminação da pessoa idosa nos planos de saúde pela cobrança de valores diferenciados em razão da idade, sendo absolutamente proibido qualquer aumento de mensalidade baseado na faixa etária.
- B) A pessoa idosa enferma pode ser obrigada a comparecer perante órgãos públicos para postular serviços públicos que lhe são assegurados, desde que acompanhada por familiar ou responsável.
- C) Em caso de internação, quando a pessoa idosa não estiver em condições de optar pelo tratamento mais favorável e não houver curador ou familiar conhecido, o médico deverá comunicar o fato ao Ministério Público.
- D) As instituições de saúde devem comunicar suspeitas de violência contra a pessoa idosa apenas à autoridade policial, não sendo necessária comunicação a outros órgãos.
- E) O direito ao acompanhante durante a internação é absoluto, não podendo ser negado em nenhuma circunstância pelo profissional de saúde responsável.



13. (Inédita) Em relação aos direitos de educação, cultura e transporte das pessoas idosas, o Estatuto da Pessoa Idosa estabelece que:

- A) As pessoas idosas têm direito a descontos de pelo menos 30% nos ingressos para eventos artísticos, culturais, esportivos e de lazer.
- B) A gratuidade nos transportes coletivos urbanos públicos é assegurada a todas as pessoas idosas a partir dos 60 anos de idade.
- C) As instituições de educação superior são obrigadas a oferecer às pessoas idosas cursos e programas específicos voltados à educação de idosos ao longo da vida.
- D) Os municípios não podem estabelecer condições para a obtenção de gratuidade no transporte público por parte de idosos entre 60 e 65 anos de idade.
- E) Deve ser assegurada às pessoas idosas 10% das vagas em estacionamentos privados, em locais que facilitem a manobra do veículo.

14. (Inédita) Sobre as medidas de proteção e o direito a alimentos das pessoas idosas, de acordo com o Estatuto da Pessoa Idosa, é correto afirmar que:

- A) As medidas de proteção serão aplicadas apenas em casos de violação aos direitos das pessoas idosas por ação ou omissão da família, não se aplicando quando a violação decorrer de ação ou omissão da sociedade ou do Estado.
- B) A obrigação alimentar é solidária, podendo a pessoa idosa optar entre os prestadores, e é possível a transação sobre o direito a alimentos perante Promotor de Justiça ou Defensor Público.
- C) O direito a alimentos das pessoas idosas é idêntico às prestações assistenciais do Poder Público, sendo devidas independentemente da condição financeira da pessoa idosa ou de sua família.
- D) As medidas de proteção incluem exclusivamente o encaminhamento à família ou curador e a orientação temporária, não sendo possível o abrigo em entidade.
- E) A transação sobre alimentos pode abranger tanto a forma de cumprimento quanto a renúncia ao próprio direito alimentar, sendo este último aspecto plenamente disponível.

15. (Inédita) Em relação à habitação e aos programas habitacionais para pessoas idosas, o Estatuto da Pessoa Idosa determina que:

- A) Deve ser assegurada à pessoa idosa prioridade na aquisição de imóvel para moradia própria, com reserva de pelo menos 5% das unidades habitacionais residenciais para atendimento às pessoas idosas.
- B) As entidades que recebam idosos para residência de longo prazo podem cobrar até 100% de eventual benefício previdenciário ou de assistência recebido pela pessoa idosa.



- C) A cobrança de custeio por parte da pessoa idosa em entidades de longa permanência é vedada em qualquer circunstância, devendo o atendimento ser integralmente gratuito.
- D) Nos programas habitacionais deve ser reservado pelo menos 3% das unidades habitacionais residenciais para atendimento às pessoas idosas, com implantação de equipamentos urbanos comunitários voltados à pessoa idosa.
- E) O direito à moradia digna das pessoas idosas restringe-se ao seio da família natural, não sendo reconhecida a possibilidade de família substituta.



ESSA LEI TODO MUNDO CONHECE: PIRATARIA É CRIME.

Mas é sempre bom revisar o porquê e como você pode ser prejudicado com essa prática.



1 Professor investe seu tempo para elaborar os cursos e o site os coloca à venda.



2 Pirata divulga ilicitamente (grupos de rateio), utilizando-se do anonimato, nomes falsos ou laranjas (geralmente o pirata se anuncia como formador de "grupos solidários" de rateio que não visam lucro).



3 Pirata cria alunos fake praticando falsidade ideológica, comprando cursos do site em nome de pessoas aleatórias (usando nome, CPF, endereço e telefone de terceiros sem autorização).



4 Pirata compra, muitas vezes, clonando cartões de crédito (por vezes o sistema anti-fraude não consegue identificar o golpe a tempo).



5 Pirata fere os Termos de Uso, adultera as aulas e retira a identificação dos arquivos PDF (justamente porque a atividade é ilegal e ele não quer que seus fakes sejam identificados).



6 Pirata revende as aulas protegidas por direitos autorais, praticando concorrência desleal e em flagrante desrespeito à Lei de Direitos Autorais (Lei 9.610/98).



7 Concurseiro(a) desinformado participa de rateio, achando que nada disso está acontecendo e esperando se tornar servidor público para exigir o cumprimento das leis.



8 O professor que elaborou o curso não ganha nada, o site não recebe nada, e a pessoa que praticou todos os ilícitos anteriores (pirata) fica com o lucro.



Deixando de lado esse mar de sujeira, aproveitamos para agradecer a todos que adquirem os cursos honestamente e permitem que o site continue existindo.